...continuação

CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.. (anteriormente denominado **Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.) -** CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

gamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Dessreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros*: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *iv) Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *v)Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 em suas demonstrações financeiras. *vi) Capital social* - Ações ordinárias: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. h) Redução ao valor recuperável (impairment) - *i) Ativos financeiros não - derivativos:* A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades. *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e ·Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, A Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da CRVR, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou ·O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos. O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de autuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a CRVR avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando A Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A CRVR não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. *ii) Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. i) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. *Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:* Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante. *Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro:* Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir: • As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 00,00% em 2022 (25,56% em 2021); e • As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. *Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro:* A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados. j) Ativos não circulantes mantidos para venda: A Companhia classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. k) Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 24. **7. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia , estão descritas a seguir. A CRVR pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *IFRS 17 - Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro) A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica à Companhia .A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; ·Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **8. Instrumentos financeiros -** ***a) Gerenciamento dos riscos financeiros:*** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital. As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da CRVR tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. *i) Risco de mercado - Risco de câmbio:* As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. *Risco de taxa de juros:* O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

31 de dezembro de 2022

Exposição patrimonial	Exposição Patrimônio Líquido (em R$)	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2022	Efeito no Resultado por Cenário I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalente de caixa	59.109	CDI	59.109	73.886	88.664	(73.886)	(88.664)
Empréstimos e financiamentos	7.301	18,01%	7.301	9.126	10.952	(9.126)	(10.952)
Títulos e valores mobiliários	2.209	CDI	2.209	2.761	3.314	(2.761)	(3.314)
Efeito			**68.619**	**85.773**	**102.930**	**(85.773)**	**(102.930)**

31 de dezembro de 2021

Exposição patrimonial	Exposição Patrimônio Líquido (em R$)	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2021	Efeito no Resultado por Cenário I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalente de caixa	2.296	CDI	2.296	2.349	2.402	(2.349)	(2.402)
Empréstimos e financiamentos	27.982	16,01%	27.982	29.102	30.222	(29.102)	(30.222)
Títulos e valores mobiliários	2.722	CDI	2.722	2.785	2.848	(2.785)	(2.848)
Efeito			**33.000**	**34.236**	**35.472**	**(34.236)**	**(35.472)**

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida. *Risco de preços:* Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos através da lei 8.666/92 , reajustados anualmente com base na variação do IPCA e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em considerando as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às próprias características. Os contratos da CRVR são com entes publico e privados. Os contrato com entes públicos figuram na lei 8.666 que estabelece normas gerais sobre licitações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os contratos privados são firmados através de contratos de prestação de serviço. *ii) Risco de realização de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a CRVR adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco de crédito seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	10	59.109	2.296
Títulos e valores mobiliários	10b	2.302	2.722
Contas a receber de clientes	7	45.192	57.349
Mútuos a receber partes relacionadas	22	46.924	27.596
Outras contas a receber		892	1.599
		154.419	**91.562**

iii) Risco de liquidez: A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações. O quadro abaixo analisa os ativos da Companhia , por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	59.109	-	-	-	-	-	-	-	59.109
Títulos e valores mobiliários	2.302	-	-	-	-	-	-	-	2.302
Contas a receber de clientes	18.303	8.078	1.380	670	2.060	2.903	13.138	(1.340)	45.192
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	46.924	-	46.924
Outras contas a receber	727	-	-	-	-	-	165	-	892
	80.441	**8.078**	**1.380**	**670**	**2.060**	**2.903**	**60.227**	**(1.340)**	**154.419**

Em 31 de dezembro de 2021	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	2.296	-	-	-	-	-	-	-	2.296
Contas a receber de clientes	24.327	9.635	2.345	840	1.120	2.599	17.278	(795)	57.349
Outras contas a receber	1.422	-	-	-	-	-	177	-	1.599
	28.045	**9.635**	**2.345**	**840**	**1.120**	**2.599**	**17.455**	**(795)**	**61.244**

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b) Gerenciamento de capital: Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de lucros, emitir novas ações ou reduzir capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulantes e não circulantes, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Total do passivo circulante e não circulante	183.063	146.515
(-) caixa e equivalentes de caixa	(59.109)	(2.296)
(-) aplicação financeira	(2.209)	(2.722)
Dívida líquida	**121.745**	**141.497**
Patrimônio líquido	146.776	96.378
Quociente de alavancagem	**1,21**	**1,47**

c) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

			31/12/2022		31/12/2021	
	Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	59.109	59.109	2.296	2.296
Aplicação financeira	Nível 2	Custo amortizado	2.302	2.302	2.722	2.722
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	45.192	45.192	57.349	57.349
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	892	892	1.599	1.599
Mútuo a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	46.924	46.924	27.596	27.596
Total			**154.419**	**154.419**	**91.562**	**91.562**
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Nível 2	Custo amortizado	-	-	20.182	20.182
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	15.374	15.374	17.619	17.619
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	-	-	258	258
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	7.301	6.934	27.982	27.982
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	73.761	75.105	-	-
Total			**96.436**	**97.413**	**66.041**	**66.041**

Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. **9. Aspectos ambientais:** As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são controlados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e o controle dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 21b. As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 21c. A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil. **10. Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários -** ***a) Caixa e equivalente de caixa:*** São compostas como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	211	860
Certificado de depósito bancário (CDB)	58.898	1.436
	59.109	**2.296**

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 95,09% em 2022 (80% em 2021), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 8. ***b) Títulos e valores mobiliários:*** O montante de R$2.209 (R$2.722 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a aplicações financeiras exigidas como garantia do contrato de financiamento junto ao BNDES (vide nota explicativa 17). Dessa maneira, não atende ao critério de reconhecimento de caixa e equivalente de caixa, sendo considerada uma aplicação financeira de longo prazo.

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	93	-
Não circulante	2.209	2.722
	2.302	**2.722**

11. Contas a receber de clientes - São compostas como segue:

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Clientes públicos:			
Valores faturados		11.531	25.926
Medições a faturar		18.677	14.599
		30.208	**40.525**
Clientes privados:			
Valores faturados		12.285	10.141
Medições a faturar		2.790	2.962
Crédito de carbono		-	2.958
		15.075	**16.061**
Perdas de crédito esperada		(1.340)	(795)
Partes relacionadas	23	1.249	1.558
Total		**45.192**	**57.349**
Circulante		39.088	57.349
Não circulante		6.104	-

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perdas de crédito esperada. O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a vencer	18.303	24.327
Vencidos:		
Até 30 dias	8.078	9.635
Entre 31 e 60 dias	1.380	2.345
Entre 61 e 90 dias	670	840
Entre 91 e 180 dias	2.060	1.120
Entre 181 e 360 dias	2.903	2.599
Acima de 360 dias	13.138	17.278
PECLD	(1.340)	(795)
	45.192	**57.349**

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico- financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber. Embora os saldos vencidos a mais de 90 dias sendo eles: e R$8.037 referente a clientes privados e R$8.004 referente a clientes públicos, a Companhia não possui histórico de perdas, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que a Companhia tenha histórico de atrasos de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis. Para os clientes públicos vencidos a contabilidade informa os créditos abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações de negócios. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada em 2022 e 2021 é apresentada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(795)	(437)
Provisão do exercício	(2.087)	(358)
Reversão do exercício	1.542	-
Saldo final	**(1.340)**	**(795)**

12. Ativos não circulantes mantidos para venda: Refere-se a imóvel rural localizado no Município de Pelotas – RS, originalmente adquirido para fins do desenvolvimento de projeto que não se viabilizou, anteriormente registrado no ativo imobilizado por R$1.470 . O Imóvel foi objeto de um Contrato de Promessa de Compra e Venda a um terceiro, tendo a Companhia recebido adiantamento de 50% do valor da venda. Aguarda-se a conclusão dos trâmites burocráticos, para conclusão da transação e transferência da propriedade.

13. Impostos a recuperar - São compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
INSS	4.122	5.592
Pis e Cofins	1.181	1.982
IRPJ	2.440	316
CSLL	477	14
	8.220	**7.904**
Circulante	4.487	4.013
Não circulante	3.733	3.891

14. Imobilizado - O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	31/12/2022 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2021 Líquido
Centrais de tratamento de resíduos – aterros (*)					
Aterro e infra em aterros:		139.693	(81.597)	58.096	35.405
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	27.740	(1.337)	26.403	32.292
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	563	(485)	78	98
Máquinas e equipamentos	10%	26.843	(12.903)	13.940	12.164
Móveis e utensílios	10%	909	(486)	423	420
Equipamentos de informática	20%	1.249	(614)	635	254
Veículos e equipamentos	20%	583	(205)	378	413
Imobilizado em andamento		35.707	-	35.707	34.915
		233.287	**(97.627)**	**135.660**	**115.961**

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizadas de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada. (**) Terrenos não são depreciados. As mutações do imobilizado de 2022 e 2021 estão demonstradas conforme a seguir: Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment): Em 2022 e

Continua...